

1/10

---

# **ASSEMBLEIA**

de FREGUESIA de

# **SANTO ANTÓNIO**

---

**2.<sup>a</sup> Reunião da Sessão Ordinária iniciada  
em 30 de setembro de 2014 e  
realizada em 7 de outubro de 2014**

[Ata aprovada na sessão ordinária realizada em 18 de dezembro de 2014,  
com 11 votos a favor (5PSD+5PS+1CDS/PP) - e 2 abstenções –  
(1PCP+1BE)]

----- Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e catorze reuniu no Centro Social Laura Alves, sito na Calçada Moinho de Vento, número um, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Catarina da Conceição Fonseca de Jesus, Primeira Secretária, e Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias, Segundo Secretário.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Rodolfo Frederico Beja de Lima e Knapic, Fernando Jorge Pinto Lopes, Vitor José e Sandra Maria Gomes Lourenço Martins dos Santos.-----

----- **Do Partido Socialista (PS):** Nuno Martins Dores de Oliveira.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – João Pedro Marques Pires.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Nuno Miguel Mendes Firmo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vitor José.-----

----- Bárbara Fortunato Teixeira, que justificou a sua ausência.-----

----- João Saldanha de Azevedo Galamba, que justificou a sua ausência.-----

----- Ermelinda Maria da Fonseca Nunes Faria Caetano, que justificou a sua ausência.-----

----- Maria Alice Fernandes dos Santos Morgadinho, que justificou a sua ausência.-----

----- Domingos Manuel Martins Mealha, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Pires -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente da Junta, Vasco Morgado, e por Paulo Moreira, Ricardo Santos e Dimas Pestana.-----

----- Às vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a segunda reunião da sessão ordinária iniciada no dia trinta de setembro. -----

-----**CONTINUAÇÃO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 3 – Análise e aprovação da Proposta de Ata da Assembleia de 23 de abril;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata da Assembleia de dia 23 de abril**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que depois de ler alguns relatórios do seu trabalho e alguns diários da Assembleia da República, cansava bem mais, o que não era fácil, ler essas atas.-----

----- Sabia que não era fácil fazer atas, era das coisas mais difíceis que existia na democracia portuguesa, mas se calhar era importante fazer as coisas mais sucintas. Era a desgravação na totalidade daquilo que diziam, mas se calhar chegava aquilo que fosse o essencial do debate, aquilo que de facto tinha interesse

para que daí a vinte anos, alguém interessado pela democracia e pelo funcionamento da Assembleia, quisesse ver aquilo que fizeram e disseram.-----

----- Sugeria, principalmente à Senhora Presidente, que fizessem umas atas onde se dissesse tudo mas que se tivesse de ler muito pouco. Atas curtas e sucintas eram bem melhores para todos.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que aguardava da parte da Mesa uma indicação. Achava muito importante que fossem capazes, tanto a nível da Assembleia como do Executivo, de fazer um escrutínio e uma responsabilização por tudo aquilo que diziam. Se era possível um exercício de redação que conseguisse sumarizar, sem se perderem os meandros existentes nas declarações com pequenas subtilezas e afirmações, era um desafio que estava colocado à Mesa e que podiam pesar com os meios que eventualmente se exigiam, mas chamava a atenção para a importância dessa capacidade de escrutínio e de verificação das afirmações produzidas.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que tinha sido feita uma primeira ata onde não havia gravação e onde constava exatamente o resumo, onde constava tudo o que a Lei determinava como necessário para estar numa ata, onde constavam as intervenções do público com os seus resumos, onde constavam as intervenções dos Membros da Assembleia com os seus resumos. Essa ata tinha sido feita com os apontamentos dos três Membros da Mesa e ainda com apontamentos de outras pessoas que estavam presentes. Ao chegar a ata tinham levantado diversas questões.-----

----- Decidiram nessa Assembleia que se passaria a gravar e nesse sentido tinha-se desgravado a gravação, passando a ata a ser integral.-----

----- Nessa Assembleia tinha-se discutido a questão das atas e parecia-lhe que fora o Membro Fernando Lopes a dizer, a certa altura, que devia haver a gravação das atas.-----

----- Disse que a Mesa tinha todo o interesse em fazer atas mais curtas, porque se havia pessoa a ter que ler tudo o que lá estava, cansada ou não, era a Presidente da Mesa, exatamente para adaptar o que era desgravação e transformar pelo menos em ata. Pelo menos assim não havia questões e a ata não tinha sido aprovada por unanimidade apenas porque um elemento do PCP não tinha estado presente na reunião.-----

----- Além disso, era um pouco ingrato estar a falar sobre a ata tendo em conta que a exigência da gravação fora feita por um Membro do PCP que por acaso não estava presente.-----

----- De qualquer forma, a Mesa tinha ouvido a proposta e iria ter em conta nas próximas atas a possibilidade de fazer ou não esse esforço, mas tendo em conta também aquilo que dissera o Membro Nuno Oliveira, exatamente o não deturpar aquilo que tinha sido dito.-----

----- Se havia uma gravação, em princípio não iria alterar as intervenções das pessoas, não ia passar para discurso indireto algo que sabia ter sido gravado, aí ficaria sempre em discurso direto. Depois era muito ingrato a Presidente da Mesa retirar da intervenção da pessoa aquilo que considerasse relevante ou não. Portanto, a Mesa tinha alguma dificuldade, face às gravações, em retirar das gravações alguma coisa.-----

----- O argumento a seguir podia ser de que tinham gravações e quem não concordasse com a ata pedia para ouvir as gravações, mas depois da ata ser aprovada o que valia era a ata e deixava de haver gravações.-----

----- Por uma questão de segurança, mais valia desgravar e isso implicava um grau de exigência aos que intervinham na Assembleia, que tinham de ter plena noção daquilo que diziam e ser responsabilizados por aquilo que diziam. Esse era o seu entendimento, mas naturalmente a Mesa tinha ouvido a intervenção de ambos os Membros da Assembleia e numa reunião próxima iria decidir exatamente o modelo a usar.-----

----- Acontecia também que a presente proposta de ata tinha sido enviada e poderiam os Membros da Assembleia ter proposto que se cortasse algo que entendessem, porque era um poder que os Membros da Assembleia tinham, especialmente em relação à parte das suas intervenções.-----

----- Na proposta do Regimento, uma das propostas que constava era que a ata fosse enviada poucos dias depois da Assembleia, exatamente para poder ser vista pelos Membros e, ainda com uma memória fresca, poderem fazer a revisão da ata. Portanto, no âmbito desse exercício poderiam dizer que tal parte não fazia sentido e assim a Mesa também ficava mais salvaguardada no que era relevante ou não em termos de ata.-

----- Disse que, antes de continuarem na ordem do dia, queria dar duas ou três informações:-----

----- Pela Membro Bárbara Teixeira, do PSD, tinha sido remetido um e-mail a informar que por razões profissionais não conseguia estar presente;-----

----- Da parte do PS recebera um e-mail da Membro Ermelinda Caetano a dizer que, por um imprevisto, não podia estar presente;-----

----- Também da parte do PS, da Membro Alice Morgadinho, tinha sido remetido o email a dizer que por inconveniente não poderia estar presente.-----

----- Em relação ao Membro João Galamba, tinha dito que não estava presente na reunião anterior, tinha sido substituído, mas não recebera informação do Membro João Galamba ou da substituição a dizer se estariam presentes.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** referiu que ele lhe pedira para tratar das diligências e por lapso não tinha reencaminhado.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que ficava então registado que por uma questão profissional não poderia estar presente.-----

----- Estava presente o Membro Vitor José em substituição do Membro Nuno Firmo, que entretanto remetera um pedido de suspensão de mandato. Já era o segundo, estava dentro do prazo de um ano, mas ficava essa nota.-----

----- **Ponto 4 – Análise e aprovação da proposta de Regulamento de Taxas;**-----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que o Regulamento tinha sido enviado a todos e não estava fechado até que fosse aprovado na Assembleia de Freguesia. Se houvesse algo que quisessem acrescentar ou a retirar, era só indicarem.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de Regulamento de Taxas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 5 votos a favor de PSD e CDS-PP e 3 abstenções de PS e PCP.-----

----- **Ponto 5 – Análise e aprovação da proposta de Regulamento de Apoios Sociais;** -----

----- **O Senhor Tesoureiro da Junta** disse que o Regulamento era sempre para ser discutido. Tinha sido discutido com os técnicos e com Membros do Executivo. Era uma questão de ver se a Assembleia tinha mais alguma coisa a acrescentar.-----

----- **Membro João Pires (PCP)** disse que no artigo 10 ponto 1, onde se dizia que “o presente Regulamento poderá ser revisto pela Junta de Freguesia sempre que tal se revele necessário”, seria mais indicado se fosse pela Assembleia de Freguesia a ser discutida qualquer questão. Assim qualquer assunto podia ser alterado só em gabinete fechado. Como era aprovado na Assembleia, que se desse continuidade a isso, qualquer alteração que fosse necessário fazer.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que qualquer regulamento passava a ter validade depois de aprovado na Assembleia de Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que de facto não podia ser porque a revisão era feita depois, não adiantava ter uma norma a dizer que fosse revisto a qualquer momento. Teria sempre que ir à Assembleia. Aliás, o Regulamento não era revisto, quando muito era a proposta de Regulamento que era revista porque o Regulamento era aprovado em Assembleia.-----

----- **Membro João Pires (PCP)** disse que no artigo 2 ponto 4, onde se dizia que “a Junta de Freguesia poderá definir anualmente os critérios económico-financeiros que permitam enquadrar cada agregado familiar como estando em situação de carência económica”, depois para a frente havia umas fórmulas e parecia haver uma repetição.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que queria deixar em seu nome pessoal e da bancada do PSD que o Regulamento ia fazer jus àquilo que era a sensibilidade do Executivo nas questões sociais.-----

----- A Junta de Freguesia, por muitas notícias que vinham a público e por outros conhecimentos que tinha por algumas conversas com Membros do Executivo e com alguns fregueses, dava para perceber que de facto era uma causa prioritizada enquanto medida a levar a cabo. Esse Regulamento dava nota dessa preocupação.-----

----- Tirando as duas ou três situações que o Membro do PCP levantava, que eram questões de somenos, não parecia nada que pusesse em causa aquilo que era a ação no dia-a-dia, era um Regulamento que estava bem conseguido e por isso queria felicitar mais uma vez o Executivo por esse excelente trabalho. Seria um Regulamento facilitador naquilo que era a ação diária de uma Junta de Freguesia, para tentar pelo menos minimizar dificuldades de quem vivia com menos recursos, de quem precisava mais das instituições públicas e de quem precisava dos seus eleitos locais.-----

----- Era o Executivo que estava sempre mais à mão de quem vivia com necessidades e obviamente que não deixaria de estar atento. Já estava e o Regulamento afirmava todas essas situações.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de Regulamento de Apoios Sociais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 5 votos a favor de PSD e CDS-PP e 3 abstenções de PS e PCP.-----

----- Referiu que no momento antes da votação tinha chegado a Membro Sandra Santos, razão pela qual havia mais um voto em relação à votação anterior.-----

----- **Assuntos de interesse para a Freguesia;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou que na última Assembleia, no PAOD, a Mesa apresentara um pedido da Associação "Cidadania LX" para a realização de uma Assembleia de Freguesia e gostava de saber se entretanto os Membros da Assembleia tiveram oportunidade de analisar esse pedido e se tinham alguma opinião ou sugestão sobre o mesmo.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que tinha sido apresentado e ninguém se pronunciara sobre o assunto. Como achava que era dever da Assembleia dar resposta a quem solicitava, era bom que decidissem sobre esse documento. Pedia-se uma Assembleia de Freguesia extraordinária e essa situação podia ser discutida, até porque era uma temática que estava sempre na ordem do dia, ainda para mais quando tinha visto um programa na RTP a falar sobre tudo o que era a construção da Baixa, a construção de hotéis quase todos os dias. Haveria certamente várias opiniões e tinha a sua, mas a ser feita essa Assembleia temática lá diria aquilo que lhe ia na alma. -----

----- Enquanto Membros da Assembleia deviam ter o respeito por quem tinha essas dúvidas e dar seguimento ao pedido, favoravelmente ou não.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que tinha algum ceticismo em relação a esse tipo de iniciativa, a partir do momento em que todos sabiam que as Assembleias eram abertas a um período de intervenção do público. Toda e qualquer questão que fosse do interesse do público podia ser levantada em sessão ordinária, onde os Membros do Executivo e da Assembleia saberiam dar resposta.-----

----- Essa questão em concreto, podia convidar-se a Assembleia de Freguesia não a fazer uma sessão extraordinária, mas sim a fazer uma iniciativa que discutisse o assunto. O que não percebia eram os contornos, porque não estava certo exatamente do que se pretendia discutir, não estava certo das competências da Assembleia e até do Executivo nas temáticas que se pretendiam discutir e não percebia por que razão essas expectativas não tinham lugar em sessão ordinária no período de intervenções do público.-----

----- Se perguntassem se a Assembleia de Freguesia estaria disponível a promover uma iniciativa em que permitisse discutir esse assunto, se calhar estaria muito mais recetivo a esse efeito. Havia interesse que por parte dos proponentes houvesse uma melhor explicitação quanto àquilo que se pretendia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que, pelo que entendera do pedido, basicamente o que se pretendia era ter convidados numa sessão de esclarecimento, sendo que não lhe parecia um assunto que pudesse ir a uma Assembleia ordinária porque as competências de que falavam não eram da Assembleia nem da Junta. Estavam a falar de licenciamento de construção, cuja competência era da Câmara.-----

----- O que se pretendia com a Assembleia extraordinária, segundo entendia do requerimento, era exatamente um evento de debate sobre as soluções com convidados especialistas nessas áreas, para que se pudessem discutir as soluções. O mote era um anúncio colocado no prédio da Duque de Loulé, em que de acordo com as fotografias enviadas era quase um quarteirão a ser construído sobre uma base comum. Portanto, saber até que ponto essa solução era a pretendida para a cidade, sendo que nesse caso estavam a falar de um prédio na Freguesia.-----

----- O que depreendia das intervenções era que não viam mal em que se organizasse um evento para discutir o tema, apenas entendiam que não devia ser ao abrigo da figura institucional da Assembleia. Tinha a concordar que normalmente as Assembleias tinham tendência para que algo fosse deliberado e nesse caso não se pretendia aprovar nada. -----

----- Se calhar fazia sentido organizar-se um debate e o que perguntava era se estariam de acordo que fosse organizado com o cunho da Assembleia, tendo em conta que era um tema que tinha por mote um imóvel da Freguesia. Era isso que precisava de saber, não queria assumir uma posição sem ouvir os Membros.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que a partir do momento em que deixasse de ser a figura da Assembleia as suas posições tendiam a ser menos veementes. Sessão de esclarecimento era aquilo que se achava pertinente e a sua dúvida mais uma vez era se eventualmente não se queria aproveitar um caso concreto e proceder à discussão de alguma abstração. Custava-lhe um pouco que se convocasse uma sessão concreta a parecer que se estava a fazer foco num evento específico com base apenas e só nessa informação, que esse empreendimento eventualmente suscitava interrogações de uma determinada ordem, que podia não constituir caso isolado.-----

----- Ficaria um pouco incomodado que se fizesse uma sessão de debate público tendo por objeto discutir o empreendimento tal. Parecia-lhe haver um foco muito concreto num determinado...-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que todos conheciam o estado da Duque de Loulé em termos de imóveis devolutos. O futuro da Câmara poder vir a aprovar um projeto desses, achar que um projeto desses era válido para ser aprovado ou não, se isso era um caminho a seguir pela Câmara, interessava também à Freguesia saber se esse exemplo podia ser replicado nos restantes imóveis.-----

----- Essa era a leitura que fazia do requerimento e parecia um tema que os fizesse sentir, exatamente tendo em conta o estado da Duque de Loulé, que era paradigmático. A Freguesia de Coração de Jesus era conhecida por ter perdido muita da sua população e na Duque de Loulé notava-se bem.-----

----- Dizia-se haver um projeto licenciado pela Câmara que nem sabiam se era verdade ou não e era tudo isso que podiam discutir no tal evento.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que concordava e podia-se partir de um caso concreto para uma discussão um pouco mais abstrata.-----

----- **O Vogal do Executivo Ricardo Santos** disse que gostaria de sugerir, uma vez que a Assembleia era um órgão deliberativo e não fazia muito sentido levar um assunto desses à discussão, a criação de uma comissão com Membros de cada bancada e que apresentasse uma moção à Assembleia de Freguesia para se aprovar ou não.-----

----- **Membro João Pires (PCP)** disse que a sua opinião era de que o pedido feito à Assembleia fazia todo o sentido. Era um grupo de cidadãos que se preocupava com o estado da cidade e devia-se realizar esse debate.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que estariam todos de acordo no conteúdo. Se calhar na forma ainda não tinham chegado bem a entendimento.-----

----- Não via nenhum mal, até porque não sabia se alguém tinha visto o “Linha da Frente” sobre Lisboa, uma coisa bem feita e muito bem conseguida, mas na última Assembleia dissera que dormia descansado com



uma série de coisas e depois de ver o programa já nem dormia tão descansado, porque parecia estarem a cair num exagero, embora ressalvando que não eram competências da Freguesia.-----

----- Não via mal nenhum, até porque o ordenamento do território, nomeadamente a construção de novos edifícios, a recuperação de edifícios antigos, voltar a povoar o centro de Lisboa, que era uma coisa muito cara a todos, devia ser uma preocupação da Assembleia de Freguesia e com certeza que era também para o Executivo.-----

----- Queria acreditar que o Executivo teria em mente, no meio das competências todas, arranjar técnicos e meios para dizer uma palavra sobre tudo isso a quem de direito, ao Executivo Municipal, mas não sabia se por esse edifício da Duque de Loulé em particular.-----

----- As Assembleias de Freguesia também tinham validade para além daquilo que eram as competências só de discutir uma ordem de trabalhos. Não via mal nenhum que se fizesse uma Assembleia de Freguesia temática, onde se pudesse eventualmente discutir o caminho a seguir nesses campos e até fazer algumas recomendações ao Executivo Municipal.-----

----- Não queria tomar “dores de parto” de ninguém, nem queria ser “mais papista que o papa”, mas ficara um pouco preocupado ao ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado dizer aquilo que dizia, que só podiam ter hotéis porque só os promotores de hotéis tinham capacidade financeira para recuperar património. Até acreditava que não tivesse dito só aquilo, mas como o programa era sobre hotelaria e ouvindo um pouco *ad-hoc* as declarações, como lisboeta ficava preocupado.-----

----- Não via mal nenhum, até com o patrocínio do Executivo e com as responsabilidades acrescidas da Assembleia, fazer-se algo do género e dar-se também resposta à associação. Sairiam todos a ganhar se fizessem um debate um pouco sobre essas matérias que eram tão caras à cidade.-----

----- **Membro Joaquim Elias (CDS-PP)** disse que, em sua opinião, numa primeira abordagem não devia ter a forma de Assembleia, que acabaria sempre por ter que deliberar e se fosse esvaziada desse conteúdo podia tornar-se ineficaz.-----

----- Do debate público com os técnicos, com as pessoas especializadas que fossem convidadas, podiam depois fazer uma moção que fosse à Assembleia e aí ser deliberado algo sobre o que tinha sido discutido anteriormente, para respeitar um pouco entre a forma e o conteúdo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que dessa forma permitia-se conjugar as duas questões, sendo que também reconhecia validade em alguns argumentos do Membro Fernando Lopes. A questão da Assembleia poderia demonstrar o interesse da Assembleia de Freguesia em discutir esse assunto que, quisessem ou não, tinha relevância para a Freguesia. O facto de ser a Mesa da Assembleia de Freguesia a

organizar um debate não lhe retirava essa credibilidade, mas o facto de ser uma Assembleia extraordinária com a presença obrigatória de todos os Membros permitia garantir essa qualidade de tratamento, de ser algo formal.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** perguntou se propunham que houvesse senhas de presença, que fosse gravada. Seria uma Assembleia com procedimentos formais que não lhe parecia adequarem-se ao caso, fugia do âmbito das competências da Assembleia. Perguntou se fosse o estado das vias, fosse a educação, as infraestruturas escolares se em todos os requerimentos que aparecessem iriam convocar uma Assembleia de Freguesia.-----

----- A questão que colocava era que podiam fazer uma avaliação da pertinência daquilo que era pedido, mas chamava à atenção quanto à força que estavam a dar quando convocavam uma Assembleia extraordinária e quanto à representatividade do pedido que chegava.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que era exatamente essa a questão que colocava. A questão não era a força que estavam a dar ao Fórum, mas ao tema.-----

----- Reconhecia que fazer-se uma ata sobre essa Assembleia não faria grande sentido, mas se os Membros da Assembleia quisessem participar enquanto tal, assumindo a responsabilidade de serem representantes dos cidadãos, fazia sentido que fosse numa Assembleia.-----

----- Obviamente que podia haver um debate, mas aí iam como qualquer cidadão. O que perguntava era se seria ou não um tema de relevância para a Freguesia. Não estava a falar de qualquer tema, a questão que estava a ser debatida era exatamente essa, a relevância do tema para a Freguesia. Não seria qualquer pedido sem relevância para a Freguesia que iria pôr à consideração. Não era ser o Fórum "Cidadania LX", era o tema, se fazia sentido os Membros da Assembleia enquanto tal ou como meros cidadãos que em determinado momento decidiam ou não fazer perguntas e questionar o Executivo da Câmara, se entretanto estivesse representado.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que continuava a achar estarem todos a falar da mesma coisa, só não se conseguiam entender. Se calhar era por algum défice seu que ainda não se conseguira explicar.--

----- Não queria que o documento fosse originário de uma Assembleia de Freguesia extraordinária, a única coisa que achava que deveria acontecer era que em resposta a esse documento a Mesa da Assembleia de Freguesia decidisse, conjuntamente com o Executivo se assim entendessem, organizar um fórum que não era nenhuma Assembleia extraordinária mas em que se convidavam todos os Membros da Assembleia de Freguesia, que iriam ou não sem senhas de presença mas que, dada a pertinência do tema, dado outras coisas que não ia dizer ali, se calhar era importante a Mesa tomar a iniciativa de organizar um fórum e

convidar todos. A iniciativa sairia da Assembleia de Freguesia por iniciativa da Mesa em colaboração com o Executivo, se assim entendesse. -----

----- Parecia-lhe bem fazerem um debate desses, como noutra altura poderiam estar a discutir se os cães deviam andar na rua com ou sem trela, sem ter que ser numa Assembleia extraordinária.-----

----- Parecia-lhe ter percebido do Membro Nuno de Oliveira que também não se importaria de fazerem essa discussão. Obviamente que nunca conseguiriam despir-se dos lugares que ocupavam, mas iria como cidadão e não como Membro da Assembleia de Freguesia.-----

----- Para não deixar sem resposta, podiam dar essa resposta positiva no sentido de organizar um fórum qualquer.-----

----- **O Vogal do Executivo Dimas Pestana** disse que o tema era extraordinariamente vasto e importante. Podia citar um caso concreto que tinha pouco tempo, no número um do Passadiço, um prédio que estava em terríveis condições, degradadíssimo, em que foram acionados os meios da Freguesia e da Câmara porque havia o receio de uma derrocada e continuava a haver.-----

----- Não tinha que ser a Freguesia, para além da sua opinião e da sua perceção enquanto cidadãos, mas havia pessoas que assinavam o parecer final da Proteção Civil e que a situação não era de risco público, que não havia consequências para o risco público.-----

----- Era preciso distinguir um pouco o que era a perceção e a dificuldade em olhar para uma coisa que parecia ir cair em cima e a responsabilidade dos técnicos, que diziam o que entendessem.-----

----- Outra coisa extraordinariamente difícil e muito complicada de balizar eram as normas aplicáveis para a demolição de um qualquer edifício, que eram muito exigentes. Podia estar enganado, mas não acreditava que uma Junta de Freguesia tivesse capacidade financeira para fazer sequer uma demolição.-----

----- Não competia ao Executivo dizer o que a Assembleia de Freguesia devia fazer ou não, mas chamava a atenção para esse quadro que podia ser um tema muito exigente e que não se aparentava passível de ser uma conversa de café.-----

----- Estava a falar com o Senhor Presidente da Junta para que se recebesse esse grupo de cidadãos e falasse com eles abertamente.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** observou que o Senhor Vogal Dimas Pestana não tinha estado na última Assembleia e não vira o requerimento apresentado. Eles não queriam a intervenção da Junta e tinham plena noção que a Junta não tinha competências nessa matéria. O que eles pretendiam era um debate, nomeadamente com representantes do Município e de outras associações, sobre quais as soluções a dar em termos de urbanismo nas áreas da cidade, nomeadamente na Duque de Loulé, onde estavam a ser previstos alguns empreendimentos.-----

----- Não fazia sentido o Executivo, pelo menos de acordo com o que eles solicitavam, porque eles não queriam ser ouvidos pelo Executivo, o que eles queriam era criar uma situação de debate por intermédio da Assembleia, pensando que a Assembleia de Freguesia pudesse estar preocupada com essa questão, um debate em que se pudessem juntar várias pessoas e nomeadamente a "Cidadania LX". Até propunham que fossem convidados os responsáveis da CML pela apreciação desses projetos, os promotores do projeto, que isso achava excessivo e concordava com o Membro Nuno Oliveira, um representante da entidade que emitia parecer, nomeadamente a DGPC.-----

----- Interessava aos Membros da Assembleia saber quais as soluções que estariam a ser pensadas para o território, como representantes da população. Isso apenas para explicar que a questão não era a "Cidadania LX" querer falar com o Executivo para que fizesse algo. Queria criar debate sobre a questão e fazê-lo a nível institucional, pedindo o apoio ou a credibilização disso ser organizado pela Assembleia. Uma coisa não substituía a outra.-----

----- **Vogal do Executivo Dimas Pestana** disse que o falar com o Executivo não seria só na questão de apresentar soluções, mas talvez balizar a questão naquilo que eram as competências da Freguesia. O exemplo mais claro era aquele em que estavam todos atrapalhados. Era perceber o que se podia fazer e quem se responsabilizava, não por responsabilidade criminal mas a responsabilidade de haver um acidente.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que nada impedia de fazer um debate sobre essa situação, em que se debatesse quem era o responsável quando essas situações acontecessem. A ideia era exatamente essa, perante situações concretas fazer-se um debate sobre quais as soluções que estavam pensadas.-----

----- **O Vogal do Executivo Ricardo Santos** disse que nenhum documento formal saía de um debate como esse e o que se calhar seria importante era depois ir uma moção à Assembleia para ser aprovada.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que isso era exatamente o que o Membro Joaquim Elias tinha proposto, mas não era o Executivo que determinava se saía ou não essa moção. Cada partido político analisava se em determinado momento apresentava uma moção ou não.-----

----- O que era solicitado não era que tomassem posição sobre uma determinada questão, o que essa instituição dizia era que estavam preocupados com um problema e questionavam se a Assembleia também estava preocupada, se queria discutir a solução. Era isso que tinha sido colocado à Assembleia e era à Assembleia que cabia discutir se era ou não um assunto relevante para a Freguesia, se devia ou não ser inserido numa ordem do dia. O seu entendimento era que não fazia sentido ser inserido numa sessão

ordinária, que normalmente havia assuntos para tratar, ou que fosse estabelecida uma sessão extraordinária.-----

----- Havia outra questão que se colocava, que era nem sequer saberem se as pessoas aceitavam o convite da Assembleia para estarem presentes num evento desse género. Havia um momento inicial de responder a alguém que queria algo da Assembleia e o que iria comunicar ao Fórum "Cidadania LX" era que se aceitava como um tema relevante para a Freguesia, os Membros entendiam que ele devia ser discutido mas não sob a égide de uma Assembleia de Freguesia ordinária ou extraordinária e nesse sentido seria organizado um fórum para discussão desse tema, sendo que a Assembleia se responsabilizava por fazer os convites a essas instituições. Caso as instituições aceitassem, organizava-se o tal fórum.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que ficaria mais confortado quanto mais abstratos fossem os termos, no sentido de discutir os desafios do urbanismo numa área central da cidade. Não iam estar a fazer uma espécie de pelourinho com os promotores do projeto.-----

----- Mesmo retirando esses intervenientes, queria que na resposta ao requerimento se fizesse ver que havia gosto em discutir o tema com a maior abstração possível e não estar a fazer um julgamento ou uma apreciação de um caso em concreto.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que uma das questões tinha a ver com o facto de alguns dos edifícios serem de uma característica arquitectónica considerada, o que justificava também a preocupação, nomeadamente em termos de protecção de fachada.-----

----- Disse que ao analisar todos os termos, eles eram muito concretizados na questão do embasamento e, portanto, fazia sentido colocar-se um tema mais amplo, de acordo com o que tinha sido sugerido.-----

----- **Membro Nuno de Oliveira (PS)** disse que, na sua opinião, mais uma vez esbarravam no espaço das competências. As pessoas que representavam essa associação tinham diversos espaços da Câmara para questionar sobre o projeto. Se o desafio que lançavam era saber se a Freguesia não se preocupava com os sistemas do urbanismo nessa área, a resposta era sim. Se existia um confronto direto com esse projeto, com alguma questão subjacente a algum projeto concreto e era claro o foco do requerimento, estava-se a fazer um exercício de pegar nele e tentar aceitar um desafio mais genérico mas o foco do requerimento era concreto e daí ter dito inicialmente que se queriam levar a uma Assembleia de Freguesia havia um espaço prévio nas Assembleias ordinárias. Era por isso que se insurgira contra o facto de ser uma Assembleia extraordinária.-----

----- Por isso voltara a repetir que seria muito mais interessante, se era um debate político, que se extrapolasse para uma questão abstrata dos desafios que se colocavam, porque havia espaços específicos para esse confronto ser feito com o Executivo camarário.-----

----- **Membro Fernando Lopes (PSD)** disse que não era esse o objetivo, mas tinha ficado com a ideia que tinham que proteger os senhores dessa ou de outra Câmara qualquer do País, que não se discutia nada e era só aquilo que organizavam.-----

----- Parecia-lhe muito bem que a Senhora Presidente em primeiro lugar convidasse a "Cidadania LX", em segundo lugar convidasse o Executivo ou o Presidente da Junta para estar presente, em terceiro lugar que convidasse o Vereador do pelouro para estar presente também. Se um Vereador dessa ou de outra Câmara estava sempre disponível para falar para os jornais e televisões sobre a política de urbanismo do seu concelho, ele era eleito para prestar contas a toda a gente.-----

----- Recusava-se liminarmente a discutir esse caso em concreto, porque isso não era da competência, não teriam que ir por aí, mas abrir a Assembleia de Freguesia a debater assuntos que a todos diziam respeito e esse talvez fosse daqueles que mais mediatização teria ao longo dos próximos tempos, que o primeiro fórum temático fosse sobre o urbanismo. Não queria dizer que daí por três meses não estivessem a discutir a trela do cão, não via mal nenhum, não podiam era especificar essa situação.-----

----- Convidar um membro da Câmara, pois com certeza. Se quisessem convidar um membro do Governo que tivesse alguma responsabilidade, fizessem o favor, era para isso que tinham sido eleitos. Tirassem os senhores dos gabinetes para irem trabalhar.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que tinha ficado esclarecido. Iria preparar e não via nenhum problema em remeter aos representantes de cada partido o teor da comunicação e cada um depois daria o seu entendimento.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha muito orgulho em ter uma Assembleia com chama para poder discutir problemas que extravasavam até a própria Freguesia, orgulho imenso de ter uma Assembleia de Freguesia representada pelos seus Membros, que entravam em debate nessas coisas que iam além das competências da Freguesia e importantes para a Cidade de Lisboa e das próprias fronteiras geográficas da Freguesia.-----

----- Informou que foram dadas por concluídas as obras de intervenção de urgência na Rua de São José, Rua de Santa Marta e adjacentes. Faltava só o estudo do vídeo, mas estava na posse da Câmara. -----

----- Como sabia que não haveria mais ponto nenhum na Assembleia aproveitava para informar que estava tudo completo, tudo tratado e reparado nas ruas afetadas pelas cheias, com certeza com a mesma importância que estavam a discutir o tema anterior.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que o assunto iria ser discutido porque ele era relevante para a área da Freguesia, porque estavam a falar de uma rua que estava no território da

Freguesia. Estavam a falar de opções urbanísticas e de reabilitação na zona da Freguesia. Naturalmente que podia ser extrapolada para a Cidade de Lisboa, mas era um tema que interessava à Assembleia.-----

----- Leu e submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, deu por encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e dez minutos.-----

-----Da sessão foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela Presidente da Mesa.-----

----- A PRESIDENTE -----

